



ORÇAMENTO 2016

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de Outubro de cada ano, conforme o disposto no nº 1 do art. 45º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (Lei das Finanças Locais).

O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental.

O Orçamento agora apresentado tem em conta a situação de recuperação financeira prevista na Lei das Finanças Locais, estando o Município em processo de adesão a um programa de ajustamento municipal (PAM) nos termos da Lei 53/2014 de 25 de Agosto, que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O PAM resulta da conversão do anterior plano de reequilíbrio financeiro para o disposto na nova lei, pelo que o procedimento anterior de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local deverá ser oportunamente anulado pelo Executivo. O PAM elaborado pelo Município já foi aprovado pela Comissão Executiva do FAM tendo sido aprovado um financiamento de 11.364.860€, mas no entanto estão ainda a decorrer algumas negociações, pelo que só após conclusão das mesmas, é que o PAM será submetido à Assembleia Municipal para aprovação, pelo que a eventual receita está prevista em outras receitas correntes estatais no orçamento da receita. Este orçamento também tem em consideração a internalização da empresa municipal detida a 100% pelo Município (EMCEL - Empresa Municipal Celoricense, NIF: 504753290), que deverá ocorrer até



ao final do corrente ano, tendo-se previsto essencialmente despesas com pessoal e outras despesas correntes com aquisição de bens e serviços.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2016, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2016.

De acordo com o art. 44º da Lei das Finanças Locais, os municípios deveriam apresentar um quadro plurianual de programação orçamental, que deveria definir as receitas e despesas para os quatro exercícios seguintes, mas no entanto de acordo com a circular nº 86/2015 da ANMP alusivo à circular n.º 108/2014, o referido quadro plurianual carece de regulamentação específica que ainda não existe, pelo que não estão criadas as condições para o cumprimento do art. 44º da Lei das Finanças Locais. De qualquer modo, será apresentado um quadro plurianual resumo, que contém a previsões incluídas no PAM do Município de Celorico da Beira.

O Orçamento para 2016 ao contrário do que sucedeu nos dois anos anteriores, prevê desde já para além da despesa do ano, as dívidas em atraso que deverão ser



cobertas pelo financiamento a obter no âmbito do FAM, tendo sido essa uma recomendação da Comissão Executiva do FAM. Assim, o orçamento engloba a totalidade das dívidas e não apenas a despesa prevista para 2016. Seguidamente será dada uma breve explicação dos critérios utilizados para as previsões da receita e despesa sendo apresentados quadros resumo, que irão discriminar os montantes das receitas e despesas de 2016, bem como o montante da dívida, para uma melhor análise.

Receitas

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como também foram previstas algumas receitas resultantes da internalização da EMCEL. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços. Relativamente às receitas do IMI, o fim da cláusula de salvaguarda irá permitir um aumento da receita deste imposto já em 2015, mas à presente data ainda não nos é possível quantificar corretamente esse aumento, pelo que se considerou apenas a média dos últimos anos por uma questão de prudência. Relativamente às taxas prevê-se isenções de taxas até ao montante 20.000€, devendo esse limite ficar definido com a aprovação deste orçamento em Assembleia. Essas mesmas isenções deverão futuramente estar sujeitas ao predisposto no PAM. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Tendo em consideração o facto de ainda não ter sido aprovado um Orçamento de Estado para 2016, teve-se por base para a previsão dos fundos estatais os seguintes valores aprovados para 2015:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
2016	4.663.344	518.149	5.181.493	153.723	150.639	5.485.855

Em 2016 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2015, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só

Município de Celorico da Beira - Orçamento 2016



poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2015. Esta transição do saldo de 2015 para 2016, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa caso seja necessário, ou a antecipação de alguns projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas, no próximo quadro comunitário.

Assim, em resumo temos as seguintes previsões de receita:

Receita	PAM 2016	2016	Total 2016	2017	2018	2019
Impostos directos	1.463.844 €	1.311.030 €	1.311.030 €	1.429.857 €	1.458.455 €	1.487.624 €
Impostos indirectos	96.726 €	73.710 €	73.710 €	98.661 €	100.634 €	102.647 €
Taxas, multas e outras penalidades	440.242 €	69.570 €	69.570 €	449.047 €	458.028 €	467.189 €
Rendimentos de propriedade	316 €	100 €	100 €	323 €	329 €	336 €
Transferencias Correntes	5.649.548 €	5.402.384 €	16.767.234 €	5.762.539 €	5.877.790 €	5.995.346 €
Venda de bens e serviços correntes	776.241 €	1.236.302 €	1.236.302 €	791.766 €	807.601 €	823.753 €
Outras receitas correntes	35.982 €	9.790 €	9.790 €	36.702 €	37.436 €	38.185 €
Total das Receitas Correntes	8.462.900 €	8.102.886 €	19.467.736 €	8.568.895 €	8.740.273 €	8.915.078 €
Vendas de bens de investimento	0 €	110 €	110 €	0 €	0 €	0 €
Transferências de capital	1.072.138 €	1.027.834 €	1.027.834 €	1.082.709 €	895.208 €	776.205 €
Passivos Financeiros	0 €	0 €	10 €	0 €	0 €	0 €
Outras receitas de capital	3.000 €	20 €	20 €	3.060 €	3.121 €	3.184 €
Reposições não abatidas nos pagamentos	0 €	10 €	10 €	0 €	0 €	0 €
Total das Receitas de Capital	1.075.138 €	1.027.974 €	1.027.984 €	1.085.769 €	898.329 €	779.389 €
	9.538.039 €	9.130.860 €	20.495.720 €	9.654.664 €	9.638.602 €	9.694.467 €

Despesas

Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2016 (tendo por base as despesas de setembro de 2014 a setembro de 2015). À semelhança dos anos anteriores, 2016 será marcado por uma grande contenção nestas despesas tendo em conta o previsto no PAM, pelo que se deverá continuar a tomar medidas para diminuir os custos com estas despesas. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como dados provenientes das negociações resultantes da adesão ao FAM. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2016, que se encontra anexo ao Orçamento, bem como de acordo com as previsões de despesas com pessoal em regime de cedência de interesse público resultante da internalização da EMCEL, que



se estimou em cerca de 340.000€ para 2016. Estão previstas igualmente despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2016.

As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2016 e 2018, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem co-financiadas por fundos comunitários, estando-se a aguardar a aprovação de diversas candidaturas no âmbito do Centro 2020. Dentro das obras que o Município se propõe a realizar até 2018, deve-se salientar para além da prioridade nos investimentos previstos na área da educação, a previsão de despesa em 2016 com a aquisição de equipamento para as piscinas municipais com um valor estimado de 60.000€, para além da aposta num programa de eficiência energética para as piscinas através de uma candidatura, com um valor estimado de 233.295€. Deve-se igualmente salientar o investimento previsto em ampliação de infraestruturas de saneamento no valor de 42.656€, onde se inclui a despesa prevista com a ETAR do parque industrial da A25. Ainda relativamente ao parque industrial, informa-se que as obras relativas às infraestruturas elétricas terão de estar obrigatoriamente concluídas em 2015 pelo que o valor para 2016 previsto de 10.000€ é residual para despesas eventuais.

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais disponibilizados pelas diversas entidades bancárias, bem como através do disposto no PAM e das negociações com entidades bancárias. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios). As despesas de capital incluem o montante de 64.600€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o disposto no nº1 do art. 17º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2016 estão previstas diversas ações de carácter social, que visarão o acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária.

Município de Celorico da Beira - Orçamento 2016



Mediante as informações obtidas através do Gabinete de Ação Social, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de apoio financeiro, apoio habitacional, ou outro tipo de apoio conforme as situações detetadas.

Assim, em termos de despesa temos as seguintes previsões:

Despesa	PAM 2016	2016	Dívida	Total 2016	2017	2018	2019
Pessoal	3.372.758 €	3.635.221 €	23.635 €	3.659.085 €	3.347.758 €	3.347.758 €	3.347.758 €
Aquisição de Bens e Serviços	2.200.000 €	2.200.159 €	3.810.422 €	5.993.912 €	2.200.000 €	2.200.000 €	2.200.000 €
Juros e outros encargos financeiros	658.499 €	678.587 €	1.909.736 €	2.588.798 €	638.458 €	593.135 €	547.479 €
Transferências Correntes	100.000 €	179.555 €	90.352 €	269.200 €	100.000 €	102.000 €	104.040 €
Subsídios	0 €	100 €	0 €	100 €	0 €	0 €	0 €
Outras despesas correntes	50.000 €	59.610 €	282.598 €	342.215 €	50.000 €	51.000 €	52.020 €
Despesas Correntes	6.381.257 €	6.753.231 €	6.116.743 €	12.853.310 €	6.336.215 €	6.293.893 €	6.251.296 €
Aquisição de bens de capital	1.613.595 €	1.725.058 €	5.044.996 €	6.770.054 €	1.616.391 €	1.613.962 €	1.715.218 €
Transferências de capital	8.155 €	35.460 €	102.119 €	137.581 €	5.359 €	2.738 €	1.482 €
Activos financeiros	64.600 €	64.600 €	0 €	64.600 €	64.600 €	64.600 €	64.600 €
Passivos financeiros	879.862 €	552.491 €	117.310 €	670.155 €	1.604.887 €	1.609.552 €	1.630.535 €
Outras despesas de capital	0 €	20 €	0 €	20 €	0 €	0 €	0 €
Despesas de capital	2.566.212 €	2.377.629 €	5.264.425 €	7.642.410 €	3.291.237 €	3.290.852 €	3.411.835 €
	8.947.468 €	9.130.860 €	11.381.168 €	20.495.720 €	9.627.452 €	9.584.745 €	9.663.131 €

Assim, Orçamento da despesa a aprovar para 2016 tem um valor de cerca de 9.130.860€ se excluirmos a dívida, em contraste com os 8.746.353€ do orçamento inicial 2015. A nível da receita o valor é também de 9.130.860€ se não contabilizarmos o financiamento FAM, valor esse que é superior aos 8.746.353€ de 2015, tendo sido este valor da receita definido como o limite para as despesas. Em termos globais o montante do Orçamento é de 20.495.720 que inclui cerca de 11.381.168€ relativa a dívida a fornecedores (dívida de empréstimos não incluída). Os montantes da dívida foram estimados com os dados mais recentes, mas poderão estar sujeitos a alterações conforme o decorrer da atividade do Município até ao final do ano de 2015, pelo que o montante exato a transitar para 2016 só será efetivamente conhecido no início do próximo ano. Nessa altura poderá ter que se realizar uma alteração orçamental de modo a ajustar os valores de algumas rubricas para garantir a transição de toda a dívida. Todos os projetos relevantes estão discriminados no Plano Plurianual de Investimentos, bem como no mapa das Atividades Mais Relevantes, que em conjunto constituem as Grandes Opções do Plano, cujos mapas estão anexos ao Orçamento.



Tendo em conta as imposições do artigo 31.º da Lei 53/2014 de 25 de agosto, e pela Lei das Finanças Locais, o Executivo deverá aprovar o Orçamento e respetivas GOP's, devendo o mesmo posteriormente ser submetido a parecer prévio do FAM, e só poderá ser remetido à Assembleia Municipal acompanhado do respetivo parecer.

O Presidente da Câmara

José Francisco Gomes Monteiro (Eng.º)